

SUMÁRIO

PARTE I – NOÇÕES GERAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro

CAPÍTULO 1 – Direito Tributário	27
1. O Estado e o poder de tributar	27
2. Conceito e objeto do direito tributário.....	29
3. Direito tributário x direito financeiro. O problema da autonomia dos ramos do direito	29
4. Relação do direito tributário com os demais ramos do direito	31
5. Quadro sinóptico	32
 CAPÍTULO 2 – Teoria geral do tributo	 35
1. Definição do tributo	35
1.1. Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir	36
1.2. Prestação compulsória instituída em lei	37
1.3. Prestação que não constitui sanção por ato ilícito	39
1.4. Cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada	40
2. A regra-matriz de incidência dos tributos	41
2.1. Aspectos da regra-matriz de incidência: antecedente da norma (critérios material, temporal e espacial).....	43
2.2. Aspectos da regra-matriz de incidência: consequente da norma (critérios pessoal e quantitativo).....	44
2.3. Esquema lógico de representação da regra-matriz de incidência	46
3. Espécies tributárias	46
3.1. Teorias acerca das espécies tributárias	47
3.2. Determinação da natureza jurídica dos tributos.....	48
3.3. Diversas espécies de tributos	49
3.3.1. Impostos	49
3.3.2. Taxas	51
3.3.3. Contribuições de melhoria.....	51
3.3.4. Empréstimos compulsórios.....	52
3.3.5. Contribuições especiais	53
3.3.6. Contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.....	54

4.	Classificação dos tributos.....	55
4.1.	Tributos federais, estaduais, distritais, municipais e de competência compartilhada	55
4.2.	Tributos privativos, comuns e residuais	56
4.3.	Tributos vinculados e não vinculados	56
4.4.	Tributos de arrecadação vinculada e tributos de arrecadação não vinculada	57
4.5.	Tributos pessoais e reais	57
4.6.	Tributos diretos e indiretos.....	57
4.7.	Tributos ordinários e extraordinários	58
4.8.	Impostos sobre o comércio exterior, impostos sobre o patrimônio e a renda e impostos sobre a produção e circulação: a classificação proposta pelo CTN	58
5.	Funções dos tributos: fiscal, extrafiscal e parafiscal.....	59
6.	Quadro sinóptico	60

PARTE II – TRIBUTOS DA COMPETÊNCIA COMUM

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro

CAPÍTULO 3 – Taxas	65
1. Introdução.....	65
2. Aspecto material	67
2.1. Exercício do poder de polícia.....	70
2.1.1. Exercício regular do poder de polícia – existência de órgão e estrutura administrativa competente.....	72
2.2. Serviço público específico e divisível	74
2.2.1. Taxas Judiciárias	78
2.2.2. Taxas x preços públicos (ou tarifas).....	79
2.2.2.1. Os pedágios cobrados pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público	82
3. Aspecto temporal.....	83
4. Aspecto espacial	84
5. Aspecto subjetivo	84
5.1. Sujeito ativo	84
5.2. Sujeito passivo	87
6. Aspecto quantitativo.....	87
6.1. Base de cálculo	90
6.2. Alíquota	92
7. Imunidades e isenções.....	94
8. Informações complementares.....	97
9. Quadro sinóptico	98
10. Súmulas do STF e STJ.....	100
CAPÍTULO 4 – Contribuições de melhoria.....	101
1. Introdução.....	101
2. Aspecto material	104
2.1. Contribuições de melhoria e desapropriações indiretas	107
3. Aspecto temporal.....	108

4. Aspecto espacial	109
5. Aspecto subjetivo	110
5.1. Sujeito ativo	110
5.2. Sujeito passivo	110
6. Aspecto quantitativo	112
6.1. Base de cálculo	114
6.1.1. Limites das contribuições de melhoria	115
6.2. Alíquota	117
7. Imunidades e isenções	118
8. Informações complementares	118
9. Quadro sinóptico	121

PARTE III – TRIBUTOS FEDERAIS

Felipe Viana de Araújo Duque

CAPÍTULO 5 – Imposto Territorial Rural – ITR	125
1. Aspecto material	125
2. Aspecto temporal	128
3. Aspecto espacial	129
4. Aspecto subjetivo	131
5. Aspecto quantitativo	133
6. Imunidade e isenção	137
7. Informações complementares: lançamento	139
8. Quadro sinóptico	141
9. Súmulas	142
CAPÍTULO 6 – Impostos sobre o Comércio Exterior – II e IE	143
1. Introdução	143
1.1. Impostos sobre o Comércio Exterior, o direito aduaneiro e o princípio da soberania	144
1.2. O Imposto de importação e o imposto de exportação na Constituição e no Código Tributário Nacional	145
1.3. Noções gerais de direito aduaneiro	151
1.4. Procedimentos de importação e de exportação	156
1.5. Siscomex Carga	159
2. Imposto de importação	161
2.1. Aspecto material	162
2.2. Aspecto temporal	165
2.3. Aspecto espacial	167
2.4. Aspecto subjetivo	168
2.5. Aspecto quantitativo	170
2.5.1. Base de cálculo	170
2.5.2. Alíquota	174
2.5.3. Tributação simplificada, especial e unificada	178
2.6. Isenções e imunidades	182

2.7.	Regimes aduaneiros especiais.....	186
2.7.1.	Trânsito Aduaneiro	189
2.7.2.	Admissão Temporária.....	190
2.7.3.	<i>Drawback</i>	191
2.7.3.1.	Introdução.....	191
2.7.3.2.	Princípios.....	192
2.7.3.3.	Modalidades.....	193
2.7.3.4.	Comprovação de cumprimento do regime.....	195
2.7.4.	Entrepósito Aduaneiro.....	195
2.7.5.	Outros regimes especiais	196
2.8.	Zona Franca de Manaus, Áreas de Livre Comércio e Zonas de Processamento de Exportação.....	202
2.8.1.	Zona Franca de Manaus.....	202
2.8.2.	Áreas de Livre Comércio	206
2.8.3.	Zonas de Processamento de Exportação – ZPE.....	207
2.9.	Administração, lançamento e controle do imposto	208
2.10.	Pena de perdimento de bens.....	211
3.	Imposto de exportação	217
3.1.	Aspecto material	217
3.2.	Aspecto temporal.....	218
3.3.	Aspecto espacial.....	219
3.4.	Aspecto subjetivo	219
3.5.	Aspecto quantitativo.....	220
3.5.1.	Base de cálculo.....	220
3.5.2.	Alíquota	220
3.6.	Regimes especiais.....	220
3.7.	Lançamento	220
4.	Resumo.....	222
5.	Jurisprudência sobre os Impostos de Importação e Exportação	224
6.	Súmulas	225
CAPÍTULO 7 – Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI		227
1.	Introdução.....	227
2.	Aspecto material	232
2.1.	Nacionalização de produtos estrangeiros	238
2.2.	A jurisprudência sobre importação para consumidor final não contribuinte do IPI	239
3.	Aspecto temporal.....	241
3.1.	Suspensão do Imposto.....	242
4.	Aspecto subjetivo	244
4.1.	Sujeito ativo	244
4.2.	Sujeito passivo.....	245
4.2.1.	Responsabilidade e substituição tributária.....	249
5.	Aspecto quantitativo.....	250
5.1.	Base de cálculo	250
5.1.1.	Descontos incondicionais e bonificações	251

5.1.2.	Frete	252
5.1.3.	Perdas e quebras de estoque.....	254
5.1.4.	Pautas fiscais no IPI	255
5.2.	Alíquotas.....	258
5.2.1.	A tributação do cigarro.....	260
5.3.	Não Cumulatividade do IPI.....	262
5.3.1.	Regras gerais	262
5.3.2.	Diferentes espécies de crédito de IPI: Créditos básicos, créditos por devolução, créditos de incentivo, crédito prêmio, crédito presumido etc.	265
5.3.3.	Crédito-prêmio do IPI	269
5.3.4.	Insumos não tributados.....	270
5.3.5.	Energia elétrica	271
5.3.6.	Bens para uso e consumo e para o ativo imobilizado	272
5.3.7.	SIMPLES.....	272
5.3.8.	Correção monetária dos créditos de IPI indeferidos pela Fazenda e posteriormente concedidos pelo Judiciário.....	273
6.	Restituição do imposto.....	274
7.	Imunidades e isenções.....	278
7.1.	Benefícios Fiscais	282
8.	Lançamento e obrigações acessórias.....	283
9.	Resumo.....	285
10.	Jurisprudência consolidada	286
11.	Súmulas	288
CAPÍTULO 8 – Imposto sobre Operações Financeiras – IOF		289
1.	Introdução.....	289
2.	IOF/Crédito	301
2.1.	Noções gerais.....	301
2.2.	Aspecto material	302
2.3.	Aspecto subjetivo	308
2.4.	Aspecto quantitativo.....	308
3.	IOF/Câmbio.....	314
3.1.	Noções gerais.....	314
3.2.	Aspecto material	315
3.3.	Aspecto subjetivo.....	316
3.4.	Aspecto quantitativo.....	316
4.	IOF/Seguros.....	321
4.1.	Noções gerais.....	321
4.2.	Aspecto material	323
4.3.	Aspecto subjetivo.....	324
4.4.	Aspecto quantitativo.....	324
4.5.	Hipóteses de isenção	324
4.6.	Lei Complementar 214/2025	325
5.	IOF/TVM.....	328
5.1.	Noções gerais.....	328
5.2.	Aspecto material	328

5.3. Aspecto subjetivo.....	330
5.4. Aspecto quantitativo.....	331
5.5. Hipóteses de isenção	335
6. IOF/Ouro ativo financeiro.....	335
6.1. Noções gerais.....	335
7. Resumo.....	336
8. Jurisprudências.....	338
9. Súmulas	339
CAPÍTULO 9 – Imposto de Renda – IR.....	341
1. Introdução.....	342
2. Aspecto material	343
2.1. Conceito de renda.....	343
2.2. Disponibilidade da renda.....	347
2.3. Generalidade, universalidade e progressividade.....	349
2.4. Fato gerador complexo e princípios da anualidade e da irretroatividade – aspecto temporal.....	349
3. Aspecto quantitativo.....	351
3.1. Base de cálculo	351
3.2. Alíquotas.....	352
4. Aspecto subjetivo	353
4.1. Contribuinte e responsável.....	353
4.2. Domicílio e residência.....	354
5. IRPF.....	355
5.1. Introdução	355
5.2. Sistema de apuração, declaração e pagamento do imposto	355
5.3. Aspecto subjetivo.....	356
5.3.1. Contribuinte.....	356
5.3.2. Responsável.....	357
5.3.3. Responsabilidade por retenção.....	357
5.3.4. Princípios da territorialidade e da renda universal.....	358
5.3.5. Equiparação à pessoa jurídica.....	360
5.4. Aspecto material	361
5.5. Aspecto quantitativo.....	362
5.5.1. Base de cálculo.....	362
5.5.1.1. Renda tributável.....	362
5.5.1.2. Rendimentos isentos e não tributados.....	368
5.5.1.3. Rendimentos pagos acumuladamente – rendimentos acumulados	388
5.5.1.4. Despesas dedutíveis.....	390
5.5.2. Alíquota	395
5.5.3. Deduções do imposto	396
5.6. Tributação do ganho de capital	400
5.6.1. Regras gerais	400
5.6.2. A lei de regularização de ativos.....	402
5.6.3. <i>Stock Option Plan</i>	405

5.7. Tributação de aplicações financeiras – Introdução.....	405
5.8. Atividade rural	409
5.9. Tributação dos residentes no exterior	411
5.10. Tributação de rendimentos omitidos	413
5.10.1. Sinais exteriores de riqueza	413
5.10.2. Acréscimo patrimonial a descoberto	414
5.10.3. Depósitos não identificados.....	414
5.11. Obrigações acessórias – as declarações do IRPF.....	417
6. IRPJ.....	420
6.1. Introdução	420
6.2. Primeira aproximação	421
6.3. Novas regras contábeis internacionais e regime tributário de transição.....	424
6.4. A apuração do imposto – visão geral	428
6.5. Aspecto subjetivo.....	429
6.6. Aspecto temporal.....	434
6.7. Aspecto material	442
6.8. Aspecto quantitativo.....	443
6.8.1. Base de cálculo.....	443
6.8.1.1. Resultado operacional.....	445
6.8.1.1.1. Receitas operacionais.....	445
6.8.1.1.2. Despesas operacionais.....	451
6.8.1.2. Resultados não operacionais	469
6.8.1.3. Compensação de prejuízos	472
6.8.1.4. Omissão de receitas.....	473
6.8.2. Alíquotas	476
6.9. Retenção na fonte.....	477
6.10. Resultados não operacionais	478
6.11. Reavaliação de bens.....	480
6.11.1. Introdução.....	480
6.11.2. Avaliação a valor presente	480
6.11.3. Avaliação a valor justo	481
6.11.4. Redução do valor recuperável – <i>Impairment</i>	482
6.12. Investimentos, participações societárias e reorganizações societárias	482
6.12.1. Introdução.....	482
6.12.2. Investimentos avaliados pelo custo e investimentos avaliados pela equivalência patrimonial.....	483
6.12.2.1. Os investimentos e o método aplicável.....	483
6.12.2.2. Aquisição do investimento e operações registradas pelo MEP....	484
6.12.2.3. Alienação do investimento	486
6.12.3. Ações em tesouraria.....	488
6.12.4. Reorganização societária e combinação de negócios: fusão, cisão e incorporação	488
6.12.4.1. Visão geral	488
6.12.4.2. Efeitos tributários	491
6.13. Lucro distribuído e lucro capitalizado.....	497
6.14. Preços de transferência	498

6.14.1.	Importações	502
6.14.2.	Exportações.....	504
6.14.3.	Estabilidade e praticidade nos métodos de preços de transferência	505
6.14.4.	Flexibilização dos percentuais e margens.....	506
6.14.5.	Juros	506
6.14.6.	Paraísos fiscais	507
6.14.7.	Acordos internacionais.....	507
6.15.	Atividades no exterior	507
6.15.1.	Rendimentos tributáveis auferidos de fonte no exterior.....	508
6.15.2.	Aspecto temporal	508
6.15.3.	Equivalência patrimonial – MEP	510
6.15.4.	Tratamento da renda paga por fonte no exterior a pessoa jurídica no Brasil	511
6.16.	Operações no mercado financeiro.....	512
6.16.1.	Retenção na fonte	512
6.16.2.	Tributação na apuração do imposto (dedução do IRRF e das perdas)	512
6.16.3.	Aplicações de renda fixa	514
6.16.4.	Aplicações em valores mobiliários	514
6.17.	Retenção na fonte.....	516
6.18.	Apuração pelo lucro real e pagamento por estimativa	517
6.19.	Lucro presumido, lucro arbitrado e SIMPLES	523
6.19.1.	Lucro presumido	523
6.19.2.	Lucro arbitrado	529
6.19.3.	SIMPLES.....	532
6.20.	Imunidades e Isenções	539
6.21.	Lançamento	541
7.	Resumo.....	547
8.	Jurisprudência	548
8.1.	Conceito de renda e fato gerador	548
8.1.1.	Remuneração de Depósitos Compulsórios	548
8.1.2.	Valores sem Origem Comprovada	548
8.1.3.	Quitação de Multa por Terceiro em Colaboração Premiada	549
8.2.	Isenções por moléstia grave.....	549
8.2.1.	Portadores de HIV	549
8.2.2.	Alteração da Gravidade da Doença.....	550
8.2.3.	Portadores de Alzheimer	550
8.2.4.	Limitação aos Trabalhadores em Atividade	550
8.2.5.	Aplicação a PGBL e VGBL	551
8.2.6.	Legitimidade dos Herdeiros e Dispensa de Requerimento Prévio	551
8.3.	Tributação de pensão alimentícia	552
8.3.1.	Inconstitucionalidade da Tributação.....	552
8.3.2.	Confirmação pelo STJ.....	552
8.4.	Tributação de juros de mora.....	552
8.4.1.	Sistematização Geral	552
8.4.2.	Juros de Mora Salariais	553
8.4.3.	SELIC em Repetição de Indébito.....	553

8.5. Aspectos empresariais	554
8.5.1. ISS no Lucro Presumido	554
8.5.2. Repetição de Indébito Tributário na Base de Cálculo	554
8.5.3. Lucro Presumido de Concessionária de Transmissão de Energia	554
8.5.4. Participação nos Lucros de Diretores.....	555
8.5.5. Juros sobre Capital Próprio de Exercícios Anteriores.....	555
8.5.6. PAT – Ilegalidade de Restrições Regulamentares.....	556
8.5.7. Ágio Interno – Divergência Jurisprudencial	556
8.5.8. Contribuições Extraordinárias para Previdência Privada	557
8.5.9. Indenização Securitária de Bens do Ativo (Frota de Locadora)	557
8.6. Investimentos e mercado financeiro.....	558
8.6.1. <i>Stock Option Plan</i>	558
8.6.2. Fundos de Investimento por Sucessão	558
8.6.3. Contratos de <i>Swap</i> para <i>Hedge</i>	559
8.6.4. Cessão de Precatório com Deságio.....	559
8.6.5. Sucessão de Ações	560
8.6.6. Dedução de Administradores e Conselheiros.....	560
8.6.7. REINTEGRA	560
8.7. Tributação internacional.....	561
8.7.1. Aposentadorias no Exterior	561
8.7.2. Serviços Técnicos do Exterior.....	561
8.7.3. Países com Acordos Específicos	562
8.8. Aspectos procedimentais	562
8.8.1. Declaração Retificadora.....	562
8.8.2. Rendimentos Recebidos Acumuladamente.....	562
8.8.3. Decadência na Omissão de Rendimentos	563
8.9. Benefícios sociais e trabalhistas	563
8.9.1. Plantão Médico	563
8.9.2. <i>Lay-off</i>	564
8.10. Questões específicas	564
8.10.1. Pessoa com Deficiência como Dependente.....	564
8.10.2. Titularidade do IR sobre Rendimentos Estaduais	565
9. Súmulas	565
CAPÍTULO 10 – PIS e Cofins.....	567
1. Introdução.....	567
2. Panorama constitucional.....	569
3. Aspecto subjetivo	570
4. Aspecto material	574
5. Aspecto temporal.....	584
6. Aspecto quantitativo.....	585
6.1. PIS-Folha	585
6.2. Regime cumulativo	585
6.3. Regime não cumulativo	591
6.4. PIS e COFINS-Importação	620
6.5. “Regime Misto” – ou duplicidade de regimes.....	623

7. Tributação monofásica ou concentrada	625
8. Substituição tributária	627
9. Isenções e Alíquota zero.....	629
10. Lançamento	632
11. Resumo.....	633
12. Jurisprudência	634
12.1. Base de cálculo e o conceito constitucional de faturamento	634
12.1.1. Receitas de locação de bens móveis e imóveis	634
12.1.2. Receitas financeiras das instituições financeiras	635
12.1.3. Aplicações financeiras das entidades fechadas de previdência complementar	635
12.1.4. Créditos presumidos de IPI – exclusão da base de cálculo	636
12.2. PIS/COFINS e ICMS.....	636
12.2.1. Exclusão do ICMS da base de cálculo (Tema 69)	636
12.2.2. Modulação dos efeitos do Tema 69	637
12.2.3. Ação rescisória para adequação à modulação.....	637
12.2.4. Emenda à inicial e data de propositura para fins da modulação	637
12.2.5. Créditos do Tema 69 e o eSocial	638
12.2.6. Inclusão do PIS/COFINS na base de cálculo do ICMS.....	638
12.3. Creditamento no regime não cumulativo	638
12.3.1. Constitucionalidade das restrições ao creditamento (Tema 756).....	638
12.3.2. ICMS-ST e direito ao creditamento (Tema 1231)	639
12.3.3. IPI não recuperável na aquisição para revenda	639
12.3.4. Insumos recicláveis.....	639
12.3.5. Setor de combustíveis.....	639
12.3.6. Setor agroindustrial.....	640
12.3.7. Telecomunicações – interconexão e <i>roaming</i>	640
12.4. Receitas financeiras e juros.....	640
12.4.1. Juros de repetição de indébito tributário (Tema 1.237)	640
12.4.2. Restabelecimento de alíquotas (Decreto 11.374/2023) e anterioridade....	641
12.4.3. Redução de coeficientes e majoração indireta (Tema 1.247)	641
12.5. Instituições financeiras – operações específicas	642
12.5.1. Despesas com correspondentes bancários	642
12.5.2. <i>Leasing</i> financeiro – alienação do bem arrendado	642
12.5.3. Agentes autônomos de investimento	642
12.6. Entidades sem fins lucrativos e isenções.....	643
12.6.1. Isenção da COFINS para entidades educacionais	643
12.6.2. PERSE – alíquota zero e Cadastur.....	643
12.7. COFINS-Importação – adicional de 1%	643
12.8. Contribuições rurais e do Sistema S	643
12.8.1. FUNRURAL – entrega de produção à cooperativa.....	643
12.8.2. Contribuição ao SENAR.....	644
12.8.3. Sistema S – limite de vinte salários mínimos	644
12.8.4. CIDE destinada ao INCRA	644
12.8.5. SAT sobre remuneração de autônomos	644
12.9. Contribuições previdenciárias e verbas remuneratórias.....	645

12.9.1. Legitimidade – contribuição parte do empregado	645
12.9.2. Fato gerador de contribuições em sentença trabalhista	645
12.9.3. Remuneração de menor aprendiz	645
12.9.4. Verbas na base de cálculo do FGTS	645
12.9.5. RPPS – majoração de alíquota por lei ordinária	646
12.10. Outras contribuições – questões constitucionais gerais	646
12.10.1. CSLL – modulação de efeitos (Tema 881)	646
12.10.2. CPRB – revogação pela Lei 13.670/2018 (Tema 1184)	646
12.10.3. Cooperativas de trabalho – LC 84/96	646
12.10.4. CIDE Universidade-Empresa	647
13. Súmulas	647
CAPÍTULO 11 – Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS	649
1. Introdução	649
2. Regras comuns entre CBS e IBS	650
3. Sintetizando	655
CAPÍTULO 12 – Imposto Seletivo	661
1. Aspectos constitucionais	663
2. Imposto seletivo na LC 214/2025 e LC 227/2026	678

PARTE IV – TRIBUTOS ESTADUAIS

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro

CAPÍTULO 13 – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD	711
1. Introdução	711
2. Aspecto material	712
2.1. ITCMD- <i>Causa Mortis</i>	713
2.1.1. ITCMD- <i>Causa Mortis</i> : Falecimento do cônjuge meeiro antes da partilha dos bens do pré-morto	714
2.1.2. ITCMD- <i>Causa Mortis</i> nos Contratos de PGBL e VGBL	714
2.1.3. ITCMD- <i>Causa Mortis</i> nos Contratos de <i>Trust</i> no Exterior	716
2.2. ITCMD-Doações	716
2.2.1. Renúncia da herança	717
2.2.2. Partilha desproporcional de bens na separação ou divórcio ou nos processos de inventário	718
2.2.3. Usufruto	719
2.2.4. Fideicomisso	720
2.2.5. Benefícios Indiretos a Pessoas Vinculadas	720
3. Aspecto temporal	721
4. Aspecto territorial	723
5. Aspecto pessoal	724
5.1. Sujeito ativo	724
5.2. Sujeito passivo	726

6. Aspecto quantitativo.....	727
6.1. Base de Cálculo	728
6.2. Alíquotas	730
7. Imunidades e isenções.....	732
8. Informações complementares.....	733
8.1. Lançamento e decadência do ITCMD nos processos de inventário.....	737
9. Quadro sinóptico	739
10. Súmulas do STF e STJ.....	741

CAPÍTULO 14 – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS..... 743

1. Introdução.....	744
2. Aspecto material	748
2.1. ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias	748
2.1.1. ICMS x ISS	750
2.1.2. Operações relativas à circulação de mercadorias: necessária circulação jurídica do bem.....	754
2.1.2.1. Transferências entre Estabelecimentos do Mesmo Titular	755
2.1.2.2. Venda de Bens do Ativo Permanente	758
2.1.2.3. Operações Societárias e Não Incidência do ICMS	759
2.1.3. Mercadorias para fins de incidência	759
2.1.4. Operações de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>) internas e internacionais.....	762
2.2. Prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.....	765
2.3. Prestação de serviço de comunicação	767
3. Aspecto espacial	770
4. Aspecto temporal	777
4.1. Operações com Energia Elétrica: Momento do Consumo	778
5. Aspecto subjetivo	779
5.1. Sujeito ativo	779
5.1.1. Sujeito ativo do ICMS nas operações interestaduais (Emenda Constitucional n. 87/2015).....	779
5.1.1.1. O Protocolo ICMS 21/2011 do CONFAZ e a Cobrança de DIFAL no Estado de destino nas operações de venda de mercadoria a consumidor final realizada de forma não presencial: ADI 4628	781
5.1.1.2. A Cobrança de DIFAL pelo Estado Destinatário nas operações de venda de mercadoria por empresa aderente ao Simples Nacional a consumidor final não contribuinte do ICMS: A Medida Cautelar proferida na ADI 5.464/DF.....	782
5.1.1.3. Necessidade de Edição de Lei Complementar para cobrança de DIFAL nas operações e prestações interestaduais com consumidor final não contribuinte do Imposto: ADI 5469 e RE 1287019	783
5.1.1.3.1. A Lei Complementar Federal n. 190/2022	

	e a Controvérsia sobre a Aplicabilidade dos Princípios da Anterioridade Anual e Nonagesimal	784
5.1.1.4.	A Cobrança de DIFAL pelo Estado Destinatário nas operações de venda de mercadoria por empresa aderente ao Simples Nacional a consumidor final contribuinte do ICMS: RE 970.821	785
5.1.1.5.	Desnecessidade de edição de nova lei complementar para a cobrança do diferencial de alíquota nas operações interestaduais destinadas a consumidor final contribuinte.....	785
5.1.2.	Sujeito ativo do ICMS nos casos de importação de mercadorias, bens e serviços	786
5.1.3.	Sujeito ativo do ICMS nas Prestações de Serviços de Comunicação Via Satélite	791
5.2.	Sujeito passivo do ICMS	792
5.2.1.	Contribuinte de Fato × Contribuinte de Direito: Direito à Restituição do Tributo.....	795
5.2.2.	Responsabilidade Tributária por Substituição	797
5.2.2.1.	Substituição tributária progressiva e repetição do indébito	802
5.2.2.2.	Substituição tributária nas operações com energia elétrica	806
5.2.2.3.	Tratamento Favorecido por meio de Concessão ou Suspensão do Regime de Substituição Tributária	807
5.2.3.	Responsabilidade Tributária por Transferência.....	807
6.	Aspecto quantitativo.....	808
6.1.	Base de cálculo	809
6.1.1.	ICMS “por dentro”	810
6.1.2.	Descontos condicionados e incondicionados e bonificações.....	812
6.1.3.	Base de cálculo, substituição tributária e pauta fiscal	813
6.1.4.	Vendas a prazo e operações com cartões de crédito.....	815
6.1.5.	Operações com energia elétrica: demanda contratada × energia efetivamente utilizada	816
6.1.6.	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD e Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST de Energia Elétrica	817
6.2.	Alíquota	822
6.2.1.	O Princípio da Seletividade em Função da Essencialidade do ICMS e a Lei Complementar n. 194, de 2022.....	824
6.2.2.	Alíquota Específica nas Operações Interestaduais com Bens e Mercadorias Importados do Exterior: A Guerra dos Portos.....	829
6.2.3.	O Diferencial Competitivo dos Biocombustíveis	830
6.2.4.	O Adicional para o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP	831
6.3.	Não cumulatividade	833
6.3.1.	Manutenção de créditos nos casos de isenção, imunidade e não incidência	837
6.3.2.	Período de apuração do imposto e não cumulatividade: regime de conta gráfica e demais regimes especiais.....	841
6.3.2.1.	Proibição de instituição de sanções políticas em matéria tributária.....	844
6.3.3.	Créditos escriturados e direito à correção monetária	846

6.3.4.	Venda de mercadoria por preço inferior ao da aquisição: estorno de crédito	846
6.3.5.	Produtos intermediários, bens de conveniência e bens destinados ao ativo fixo e ao uso e consumo do estabelecimento	847
7.	Imunidades e isenções	852
7.1.	Imunidades	852
7.1.1.	Imunidades genéricas	852
7.1.2.	Imunidades específicas	855
7.1.2.1.	Imunidades para exportações	855
7.1.2.2.	Imunidades nas operações interestaduais com petróleo e derivados e energia elétrica	860
7.1.2.3.	Demais imunidades: ouro, serviços gratuitos de comunicação e operações com minerais	863
7.2.	Isenções	863
7.2.1.	Discussão Judicial sobre Benefícios Fiscais Unilaterais	867
7.2.2.	Benefícios Unilaterais Válidos	868
7.2.3.	Benefícios Fiscais Disfarçados	869
7.2.4.	Benefícios Concedidos por Tratados	870
7.2.5.	A Lei Complementar n. 160, de 2017, o Convênio ICMS n. 190, de 2017, e a Convalidação de Benefícios Fiscais Unilaterais	870
7.2.6.	Os Benefícios Fiscais Condicionados a Contrapartida em Dinheiro e os Fundos de Infraestrutura e Estabilização Fiscal	873
8.	Informações complementares	875
8.1.	ICMS Monofásico	875
8.1.1.	A ADI 7191, ADPF 984 e o Regime de Monofasia: O Acordo celebrado entre os Estados e a União	878
8.2.	Lançamento e Decadência do ICMS	880
9.	Quadro sinóptico	882
10.	Súmulas do STF e do STJ	885
CAPÍTULO 15 – Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA		887
1.	Introdução	887
2.	Aspecto material	888
3.	Aspecto temporal	890
4.	Aspecto espacial	892
5.	Aspecto subjetivo	892
5.1.	Sujeito ativo	892
5.2.	Sujeito passivo	894
6.	Aspecto quantitativo	895
7.	Imunidades e isenções	897
8.	Informações complementares	898
9.	Quadro sinóptico	899

PARTE V – TRIBUTOS MUNICIPAIS

Helton Kramer Lustoza

CAPÍTULO 16 – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	903
1. Aspecto material	903
1.1. Análise de alguns serviços da lista.....	917
1.1.1. Exportação de serviço.....	917
1.1.2. Conflitos entre ICMS e ISSQN: caso paradigma de Informática	921
1.1.3. Atividades bancárias	925
1.1.4. Arrendamento mercantil – <i>leasing</i>	927
1.1.5. Franquia (<i>franchising</i>).....	930
1.1.6. Construção civil.....	936
1.1.7. Industrialização por encomenda	946
1.1.8. Aplicação da imunidade de jornais e periódicos	952
1.1.9. Locação de bens móveis.....	955
1.1.10. Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.....	956
1.1.11. Serviços de transporte de natureza municipal.....	957
1.1.12. Serviços compartilhados (<i>Cost Sharing</i>).....	958
1.1.13. Atividades de apostas e loterias	960
1.1.14. Serviço de monitoramento e rastreamento à distância	961
1.1.15. Serviço de compartilhamento de infraestrutura.....	962
2. Aspecto temporal.....	963
3. Aspecto espacial	965
3.1. Inovações promovidas pela Lei Complementar 157/2016.....	973
3.2. Inovações trazidas pela Lei Complementar 175/2020.....	976
4. Aspecto Subjetivo.....	979
4.1. Cartórios, notariais e registros públicos.....	981
4.2. Cooperativa	984
4.3. Serviços de coleta de sangue e análise clínica	985
5. Aspecto quantitativo.....	987
5.1. Base de cálculo	987
5.1.1. Base de cálculo especial para sociedades profissionais (ISS-fixo)	993
5.1.2. Arbitramento da Base de Cálculo – regime de estimativa.....	995
5.2. Alíquota	998
6. Informações complementares.....	1001
6.1. Lançamento	1001
6.2. Restituição do tributo perante a previsão do art. 166 do CTN	1002
6.3. Regime de retenção no SIMPLES Nacional.....	1006
6.4. Requisitos de Isenções individuais	1007
6.5. Alterações promovidas pela Lei Complementar 157/2016.....	1009
6.5.1. Improbidade administrativa.....	1009
6.5.2. Vigência da LC 157/2016.....	1015
6.5.3. Definição da cota-parte no repasse do ICMS	1015
6.5.4. Acréscimo de serviços na lista anexa à LC 116/2003	1016

7. Quadro sinóptico	1023
8. Súmulas do STF e do STJ	1023
9. Síntese dos principais entendimentos sobre ISSQN	1024

CAPÍTULO 17 – Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU..... 1029

1. Aspecto material	1029
2. Aspecto temporal	1035
3. Aspecto espacial	1037
4. Aspecto subjetivo	1040
4.1. Invasões de Terras.....	1044
4.2. Terras da marinha.....	1045
4.3. Exigência do IPTU no caso de loteamento irregular.....	1047
4.4. Imunidades de terrenos baldios de Templos Religiosos e de Entidades Educacionais e Assistenciais	1050
4.5. Imunidade e sucessão tributária – caso da RFFSA	1052
4.6. Incidência do IPTU sobre imóvel com restrição ambiental	1055
4.7. Imunidade e Maçonaria	1057
4.8. Imunidade e Cessão de imóveis públicos	1058
5. Aspecto quantitativo.....	1063
5.1. Base de cálculo	1063
5.2. Alíquota	1068
6. Informações complementares.....	1074
6.1. Lançamento	1074
6.2. Exceção ao Bem de Família	1075
6.3. Repetição de indébito	1075
7. Quadro sinóptico	1076
8. Súmulas do STF e do STJ	1077
9. Síntese dos principais entendimentos do STJ sobre IPTU	1077

CAPÍTULO 18 – Imposto de Transmissão de Bens “Inter Vivos” – ITBI..... 1083

1. Aspecto material	1083
1.1. Desapropriação e Usucapião	1087
1.2. Separação consensual e excesso oneroso de partilha	1088
1.3. Renúncia à Herança.....	1089
1.4. Anulação do negócio jurídico de transmissão imobiliária	1090
1.5. Incidência do ITBI na integralização no capital de pessoa jurídica	1093
1.5.1. Imunidade tributária das <i>Holdings</i> Patrimoniais e possíveis desvios de finalidade.....	1097
1.6. Dissolução de condomínios sobre imóveis indivisíveis	1100
2. Aspecto temporal.....	1102
3. Aspecto espacial	1107
4. Aspecto subjetivo	1107
5. Aspecto quantitativo.....	1107
5.1. Base de cálculo	1107
5.2. Alíquota	1113
6. Informações complementares.....	1114

7. Quadro sinóptico	1114
8. Súmulas do STF e STJ	1115
9. Síntese dos principais entendimentos sobre ITBI	1115

CAPÍTULO 19 – Contribuição de Iluminação Pública e de monitoramento de logradouros públicos – COSIP

1117

1. Aspecto material	1117
2. Aspecto temporal	1120
3. Aspecto espacial	1121
4. Aspecto subjetivo	1121
5. Aspecto quantitativo	1121
5.1. Base de cálculo	1121
5.2. Alíquota	1121
6. Informações complementares	1121
6.1. Taxas municipais – Diferenciação com a COSIP	1122
7. Quadro sinóptico	1123

PARTE VI – IVA-DUAL

CAPÍTULO 20 – Imposto Sobre Bens e Serviços – IBS e Contribuição Sobre Bens e Serviços – CBS

1127

1. Introdução	1128
2. Aspecto material	1133
2.1. IBS/CBS nas operações onerosas com bens materiais	1133
2.2. IBS/CBS nas operações onerosas com bens imateriais e direitos	1135
2.3. IBS/CBS nas operações onerosas com serviços	1137
2.4. IBS/CBS nas operações onerosas mistas	1140
2.5. IBS/CBS nas importações onerosas de bens e serviços	1141
2.6. IBS/CBS nas operações não onerosas	1142
2.6.1. Brindes e bonificações	1143
2.6.2. Transmissão de bens do capital social aos sócios	1144
2.6.3. Transmissão de bens a partes relacionadas	1145
2.7. Irrelevância do título jurídico da operação	1146
3. Aspecto espacial	1147
3.1. Operações com bens e direitos	1149
3.2. Operações com serviços	1152
4. Aspecto temporal	1154
5. Aspecto subjetivo	1157
5.1. Sujeito Ativo	1157
5.1.1. Sujeito(s) Ativo(s) do IBS	1157
5.1.1.1. Comitê Gestor do IBS: Natureza Jurídica e Características Gerais	1157
5.1.1.2. Comitê Gestor do IBS: Atribuições Constitucionais	1160
5.1.1.3. A Distribuição do Produto da Arrecadação do IBS aos Estados, DF e Municípios: Regras “Definitivas”	1163

5.1.1.4.	As Regras Transitórias de Distribuição do IBS entre Estados e Municípios: As Mudanças no ADCT-CF/88.....	1166
5.1.1.5.	Sujeito Ativo do IBS nas Importações.....	1169
5.1.2.	Sujeito Ativo da CBS	1171
5.2.	Sujeito Passivo.....	1171
5.2.1.	Contribuinte.....	1172
5.2.2.	Responsável Tributário	1175
5.2.2.1.	Responsabilidade das plataformas digitais	1175
5.2.2.2.	Demais hipóteses de responsabilidade tributária solidária	1176
5.2.2.3.	Responsabilidade por Substituição e Diferimento	1179
6.	Aspecto quantitativo.....	1182
6.1.	Base de Cálculo	1182
6.1.1.	O cálculo “por fora” do IBS e da CBS.....	1182
6.1.2.	Descontos incondicionais e outros ingressos que não integram a base de cálculo do IVA Dual.....	1183
6.1.3.	Arbitramento da base de cálculo	1184
6.2.	Alíquota	1185
6.2.1.	O Senado Federal e as Alíquotas de Referência do IBS	1187
6.2.2.	Alíquotas Reduzidas do IBS e da CBS.....	1188
6.2.2.1.	Redução de alíquotas em 60% e 30% em relação à alíquota uniforme	1188
6.2.2.2.	Regime Fiscal Favorecido para biocombustíveis e hidrogênio de baixa emissão de carbono.....	1191
6.2.2.3.	A Cesta Básica Nacional de Alimentos	1192
6.2.3.	Regras Transitórias sobre Alíquotas do IBS	1192
6.3.	Não Cumulatividade.....	1195
6.3.1.	O regime específico de apuração do IVA Dual não cumulativo.....	1197
6.3.1.1.	Apuração de crédito condicionada ao prévio pagamento do tributo: <i>split payment</i> e recolhimento pelo adquirente	1199
6.3.2.	A não cumulatividade ampla do IVA Dual e os bens de uso e consumo pessoal.....	1202
6.3.3.	Não cumulatividade e operações sujeitas à imunidade, isenção e alíquota zero	1206
6.3.4.	Não Cumulatividade e Sujeitos Passivos submetidos ao Regime do SIMPLES Nacional	1207
6.3.5.	Regimes Específicos de Tributação	1208
7.	Imunidades e isenções.....	1209
7.1.	Imunidades.....	1209
7.1.1.	Imunidades genéricas	1209
7.1.2.	Imunidades específicas	1211
7.2.	Isenções e Outros Incentivos e Benefícios Fiscais do IBS e da CBS	1214
8.	Informações complementares: <i>cashback</i>	1217
	Referências Bibliográficas	1219